



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL

Aos 13 dias do mês de outubro de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala 6 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### I Parte – 10h

Audição da **ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro**, na sequência de requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, e tendo por base a petição que visa alterar o regime legal do luto parental – **presencial**;

#### II Parte – 11h

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 101, de 6 de outubro de 2021;
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Discussão e votação na especialidade dos **Projetos de Lei n.ºs 367/XIV/1.ª (BE)** - «Cria o subsídio extraordinário de desemprego e de cessação de atividade, aplicável a trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes e trabalhadores informais excluídos de outros apoios», **415/XIV/1.ª (CDS-PP)** - «Diminuição para metade do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, ao subsídio por cessação de atividade e ao subsídio por cessação de atividade profissional (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 20-C/2020 de 7 de maio)», **18/XIV/1.ª (PCP)** - «Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego» e **495/XIV/1.ª (BE)** - «Alarga e melhora as condições de acesso e os períodos de concessão do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego (17.ª alteração do Regime Jurídico de Proteção no Desemprego)»;
4. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 170/XIV/1.ª (BE)** - «Recomenda ao Governo a publicação dos comentários gerais do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência»;
5. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 1008/XIV/2.ª (PAN)** - «Uma portaria de qualidade para o acolhimento Residencial de crianças e jovens»;
6. Discussão e votação do Plano de Atividades para a 3.ª Sessão Legislativa;
7. Outros assuntos.

---

#### I Parte – 10h

Audição da **ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro**, na sequência de requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, e tendo por base a petição que visa alterar o regime legal do luto parental – **presencial**;



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque, deu início à reunião da 10.ª Comissão, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam por videoconferência, explicando a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, e dando as boas-vindas às representantes da ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro (Margarida Cruz, Diretora-Geral, e Susana Bicho, da Equipa de Comunicação da Associação), enquadrando a sua presença no âmbito do [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar (GP) do PSD. Posto isto, concedeu a palavra à Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) para a respetiva apresentação, a que se seguiram a intervenção inicial da Dra. Margarida Cruz, Diretora-Geral da ACREDITAR.

Na ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Lúcia Araújo Silva (PS), Sandra Pereira (PSD), José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP), Pedro Morais Soares (CDS-PP) e Cristina Rodrigues (Não Inscrita). No final, as responsáveis da ACREDITAR responderam de forma conjunta às questões suscitadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, passou-se à segunda parte da reunião, nos seguintes termos:

#### II Parte – 11h

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 101, de 6 de outubro de 2021;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL

O Senhor Presidente começou por dar conta que baixara a todas as Comissões Parlamentares Permanentes a **Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª (GOV)** - «Aprova o Orçamento do Estado para 2022», devendo os pareceres setoriais de cada uma ser remetidos à Comissão de Orçamento e Finanças (COF) até às 18h de segunda-feira, 25 de outubro de 2021. O GP do PS indicou como autora a Senhora Deputada Sílvia Torres (PS).

Por conseguinte, foi deliberado não designar relator para o **Projeto de Lei n.º 955/XIV/3.ª (BE)** - «Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego, procedendo no setor público e privado», por a sua discussão na generalidade estar já agendada para a sessão plenária do dia seguinte, quinta-feira, 14 de outubro; nem tão pouco para os Projetos de Lei n.ºs **974/XIV/3.ª (PS)** - «Alteração à Lei n.º 2/3013, de 10 de janeiro e à Lei 53/2015, de 11 de junho, com vista ao reforço do interesse público, da autonomia e independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais» (em conexão com a 1.ª e a 6.ª Comissão), **983/XIV/3.ª** (Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues) - «Altera o Decreto-Lei n.º 66/2011, de 1 de Junho, estendendo a sua aplicação aos estágios que correspondam a trabalho independente» (em conexão com a 1.ª Comissão), **988/XIV/3.ª (IL)** - «Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro)» e **989/XIV/3.ª (PAN)** - «Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais», que seriam debatidos no Plenário desse mesmo dia, 13 de outubro, nem para os Projetos de Lei n.ºs **963/XIV/3.ª (CDS-PP)** - «Programa de incentivo à criação e flexibilização dos horários das creches» e **965/XIV/3.ª (BE)** - «Cria o Programa Rede de Creches Públicas» (em conexão com a 8.ª Comissão), cujo debate na generalidade decorreria na reunião plenária de quinta-feira, 21 de outubro.

Por outro lado, o GP do PS comprometeu-se a nomear posteriormente os relatores dos Projetos de Lei n.ºs **956/XIV/3.ª (BE)** - «Alterações ao Regime Jurídico-Laboral e Alargamento da Proteção Social dos Trabalhadores por Turnos e Noturnos (21.ª



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 102/XIV/3.<sup>a</sup> SL

alteração ao Código do Trabalho)», 957/XIV/3.<sup>a</sup> (BE) - «Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (21.<sup>a</sup> alteração ao Código do Trabalho)», 972/XIV/3.<sup>a</sup> (Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues) - «Altera o Código do Trabalho, estabelecendo as 35 horas semanais como limite máximo do período normal de trabalho», com pareceres conjuntos com outras iniciativas distribuídas em reuniões anteriores, e também dos Projetos de Lei n.ºs 959/XIV/3.<sup>a</sup> (BE) - «Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado (vigésima primeira alteração ao à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro)» e 971/XIV/3.<sup>a</sup> (Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues) - «Altera o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias» (em conexão com a 13.<sup>a</sup> Comissão), estes em conjunto entre si, e ainda do Projeto de Lei n.º 992/XIV/3.<sup>a</sup> (BE) - «Regula as relações de trabalho em plataformas digitais (21.<sup>a</sup> alteração ao Código do Trabalho e 3.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro)».

De igual modo, o GP do PSD remeteu para momento posterior a identificação dos autores dos pareceres dos Projetos de Lei n.ºs 981/XIV/3.<sup>a</sup> (BE) - «Moratória aos despedimentos em empresas com lucro» (em conexão com a 13.<sup>a</sup> Comissão) e 960/XIV/3.<sup>a</sup> (BE) - «Reforça a negociação coletiva, o respeito pela filiação sindical e repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (21.<sup>a</sup> alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), preferencialmente, neste segundo caso, o mesmo relator do Projeto de Lei n.º 941/XIV/3.<sup>a</sup> (PCP), distribuído na reunião de 29 de setembro ao GP do BE, evitando-se assim que o relator elaborasse parecer sobre a sua própria iniciativa.

Neste seguimento, foi atribuída ao GP do BE a elaboração de parecer sobre o Projeto de Lei n.º 969/XIV/3.<sup>a</sup> (PAN) - «Consagra a Terça-Feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório, procedendo à décima sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro», em conjunto com o com o Projeto de Lei n.º 185/XIV/1.<sup>a</sup> (PEV), sobre matéria idêntica. A discussão de ambos na generalidade estava já agendada para a reunião plenária de sexta-feira, 22 de outubro.

Por fim, o Projeto de Lei n.º 973/XIV/3.<sup>a</sup> (Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues) - «Altera o Código do Trabalho, determinando a obrigatoriedade de inclusão nos anúncios



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL

de emprego de aspectos relevantes da prestação de trabalho» foi distribuído ao GP do CDS-PP, que neste momento não se encontrava presente na reunião.

Foi ainda deliberado submeter este rol de iniciativas a consulta pública pelo prazo de 30 dias, com exceção das iniciativas referentes às associações públicas profissionais e às creches.

O Senhor Presidente divulgou ainda que tinham dado entrada os Projetos de Resolução n.ºs 1471/XIV/2.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a implementação de medidas urgentes que permitam suplantar as dificuldades no âmbito do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE) no que se refere à formação dirigida a pessoas com deficiência e incapacidade» e 1457/XIV/3.ª (PEV) - «Medidas de prevenção e combate à exploração na prostituição», este último apenas em conexão, já que a competência principal cabia à 1.ª Comissão. O GP do BE aproveitou o ensejo para solicitar o agendamento da discussão do Projeto de Resolução n.º 1471/XIV/2.ª (BE) para a próxima reunião ordinária da CTSS.

3. Discussão e votação na especialidade dos **Projetos de Lei n.ºs 367/XIV/1.ª (BE)** - «Cria o subsídio extraordinário de desemprego e de cessação de atividade, aplicável a trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes e trabalhadores informais excluídos de outros apoios», **415/XIV/1.ª (CDS-PP)** - «Diminuição para metade do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, ao subsídio por cessação de atividade e ao subsídio por cessação de atividade profissional (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 20-C/2020 de 7 de maio)», **18/XIV/1.ª (PCP)** - «Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego» e **495/XIV/1.ª (BE)** - «Alarga e melhora as condições de acesso e os períodos de concessão do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego (17.ª alteração do Regime Jurídico de Proteção no Desemprego)»;

Tendo-se constatado que por lapso a versão da Ordem do Dia inicialmente remetida não integrava este ponto, foi decidido adiar-lo para a reunião subsequente da Comissão. A este respeito, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) rejeitou que este episódio pudesse ficar para memória futura, não sendo passível de nenhuma interpretação política, no que foi acompanhado pela Senhora Deputada Helga Correia (PSD), que reiterou que não havia nenhuma vontade de não dar andamento a esta matéria. Por sua vez, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) pediu que fosse garantida a inclusão do resultado desta votação no guião da reunião plenária de sexta-feira, 22 de outubro,



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL

tendo a Senhor Deputada Diana Ferreira (PCP) esclarecido que a leitura era meramente procedimental, e não política, ao que a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) sublinhou que era bem diferente admitir a apreciação de pareceres ou a realização de discussões e votações na especialidade com menos de 24 horas de antecedência da reunião.

4. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 170/XIV/1.ª (BE)** - «Recomenda ao Governo a publicação dos comentários gerais do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência»;

A discussão do projeto de resolução em epígrafe decorreu nos termos que constam da respetiva informação, para a qual se remete, e que aqui se dá por reproduzida, registando-se as intervenções das Senhoras Deputadas Diana Santos (BE), Marta Freitas (PS), Carla Madureira (PSD) e Diana Ferreira (PCP).

5. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 1008/XIV/2.ª (PAN)** - «Uma portaria de qualidade para o acolhimento Residencial de crianças e jovens»;

Este ponto da Ordem de Trabalhos foi adiado a pedido do GP do PCP para a reunião ordinária imediatamente posterior.

6. Discussão e votação do Plano de Atividades para a 3.ª Sessão Legislativa;

A versão final do plano de atividades em epígrafe, que tal como decidido congregava o que ficara por executar dos planos das sessões legislativas anteriores e os contributos mais recentes dos Grupos Parlamentares, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

7. Outros assuntos:

- Discussão e votação do **requerimento do Grupo Parlamentar do BE** para audição, com caráter de urgência, da Comissão de Trabalhadores e do Presidente da Comissão Executiva da Altice Portugal conjuntamente com a Comissão de Economia, Obras Públicas e Inovação;

No derradeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente começou por dar a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que deu por reproduzido o



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL

conteúdo do requerimento apresentado na véspera, mas já anunciado verbalmente na reunião anterior da Comissão, aludindo ao processo de despedimento coletivo em marcha e à impossibilidade de os trabalhadores que aceitassem a compensação devida o impugnarem judicialmente, frisando a importância da concretização urgente da audição da Comissão de Trabalhadores (CT) e do Presidente da Comissão Executiva da Altice Portugal e a sua realização conjunta com a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação (CEIOPH).

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Nuno Sá (PS), que depois de lembrar que a CT da Altice já havia sido ouvida anteriormente no Parlamento, perguntou se sobrevinham factos novos que justificassem a sua repetição. Por outro lado, referiu também que a 6.ª Comissão já convidara os representantes da Altice para este efeito, que teria vindo a manifestar a sua indisponibilidade, no que foi secundado pela Senhora Deputada Carla Barros (PSD), que alertou para a necessidade de não repetir inutilmente o trabalho já realizado pela CEIOPH.

Por sua vez, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) afirmou não se opor a nova audição com os representantes dos trabalhadores e com a Administração, tendo transmitido que recebera informação sobre a sucessiva indisponibilidade desta última, e aproveitando para perguntar ao requerente se retiravam o requerimento pendente em favor do agora apresentado.

Depois de o Senhor Presidente ter sugerido que se contactasse a 6.ª Comissão com vista à conjugação de esforços, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) reconheceu a sensatez dessa conexão, acrescentando que mantinham ambos os requerimentos e solicitando que se passasse à votação.

Deste modo, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se ainda a ausência do GP do CDS-PP.

- Audição da **Administração da Saint-Gobain Sekurit Portugal - Vidro Automóvel, S. A.**, no seguimento do requerimento do Grupo Parlamentar do PS – amanhã, quinta-feira, 14 de outubro, após a sessão plenária (hora indicativa: 18h30);



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL

Foi declarada a concordância de todos os presentes quanto ao dia e hora propugnados para esta audição.

- **Audição Pública - Estudo do Regime de Reforma Antecipada para Pessoas com Deficiência** - terça-feira, 19 de outubro de 2021 - 10h30-17h - Auditório António de Almeida Santos (presencial e videoconferência);

O Senhor Presidente deu nota que, em virtude da Cerimónia de Concessão de Honras de Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes na manhã de terça-feira, 19 de outubro, não seria possível contar com a presença nem do Senhor Presidente da Assembleia da República nem dos Senhores Vice-Presidentes na sessão de abertura da iniciativa em epígrafe. Por outro lado, o Senhor Presidente comunicou ainda a sua indisponibilidade para estar presente durante todo o dia, mencionando que já solicitara ao Senhor Vice-Presidente Nuno Sá (PS) que o substituísse nas funções de representação da Comissão.

- **Audição regimental da I Sessão Legislativa da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social** - quarta-feira, 22 de dezembro, 10h;

Não se verificando nenhuma oposição à data preconizada para a audição regimental ainda em falta, foi ventilada a possibilidade de a audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) que resultava do requerimento do GP do PCP sobre o despedimento coletivo na Saint-Gobain ser concretizada neste mesmo dia 22 de dezembro, eventualmente como ponto prévio a esta audição, caso não existisse disponibilidade de agenda para a consumir atempadamente.

- Calendarização da **discussão e votação na especialidade** do **Projeto de Lei n.º 525/XIV/2.ª (PCP)** - «Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)»: propostas de alteração até hoje, 13 de outubro; votação na reunião da CTSS de 20 e na sessão plenária de 22 de outubro.

Sobre este tópico, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) principiou por enunciar o calendário sugerido para a discussão e votação na especialidade, formulando o Senhor





## **Comissão de Trabalho e Segurança Social**

### **ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL**

Deputado Nuno Sá (PS) a intenção de ouvir os parceiros sociais a este propósito, e lembrando que durante o período de consulta pública apenas se haviam pronunciado por escrito a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), invocando ainda que era pública a vontade do Governo apresentar a sua agenda para o trabalho digno, depois de discutida na concertação social.

De seguida, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) alertou para os perigos de legislar de forma apressada e sem a prévia auscultação dos parceiros sociais.

Por seu turno, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) anunciou que o seu Grupo Parlamentar não tinha intenção de apresentar propostas de alteração a este projeto de lei, completando que o voto na especialidade seria favorável, tal como na generalidade. Explicou ainda que nada tinha contra a audição dos parceiros sociais, contrapondo, contudo, com os 30 (trinta) dias de discussão pública da iniciativa.

De novo no uso da palavra, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) recordou que no e-mail enviado haviam indicado que dispensavam audições, salientando que os vínculos precários existentes no país não podiam ser desconsiderados. Posto isto, destacou que não era prática colocar estas questões à votação, que por norma ficavam à consideração dos proponentes, renovando o calendário já aduzido.

Foi então concedida novamente a palavra ao Senhor Deputado Nuno Sá (PS), que desenvolveu que o seu Grupo Parlamentar queria ouvir os parceiros e outros contributos, em especial os que já recebera diretamente e que entendia que deveriam ser partilhados com outras forças partidárias. Frisando os avanços na agenda do trabalho digno, defendeu que a proposta que apresentara não colidia com o exposto pelo GP do PCP, clarificando que se pretendia realizar as audições logo que possível.

Neste momento, o Senhor Presidente registou que por norma estas deliberações eram consensuais, mas que neste caso, havendo uma proposta e uma contraproposta, impunha-se uma votação.



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL

Assim, o GP do PS apresentou um requerimento verbal para audição, com a maior brevidade possível, dos membros da Concertação Social sobre este assunto, tendo a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) repetido que não acompanhava esta proposta e que mantinha o anteriormente afirmado, até porque seria impossível concretizar todas estas audições num intervalo de tempo tão curto e também porque não tinham faltado oportunidades para todos os interessados se pronunciarem.

Depois de se constatar que seria sempre necessário proceder à votação na especialidade, em Comissão ou em Plenário, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) concedeu em, quanto muito, alargar o prazo para apresentação de propostas de alteração até sexta-feira, 15 de outubro, permitindo-se a realização de todas as votações na semana subsequente.

Nestes termos, foi aprovada a realização das audições propostas pelo GP do PS, com os votos a favor do PS e do PSD, votando a favor da concretização imediata da discussão e votação na especialidade o BE e o PCP, que esclareceu que não votara a favor da primeira hipótese por considerar que tal significaria tão-só adiar uma situação que carecia de urgente resolução, aceção partilhada pelo Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que reforçou que o calendário fora proposto pelo autor da iniciativa.

Em sentido oposto, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) afiançou que nada tinham contra a sugestão do GP do PCP, considerando outrossim que ouvir os parceiros enriquecia essa proposta e honrava o diálogo social.

- Convite da Associação Nacional de Cuidadores Informais para o **3.º Encontro Nacional de Cuidadores Informais**, na **sexta-feira, 5 de novembro** (presencial ou online), com eventual participação de um Deputado por GP no painel IV - Comissão de Trabalho e Segurança Social: Estatuto do Cuidador Informal, que previsivelmente decorrerá entre as 16h30 e as 17h30.

Neste âmbito, foi dado conhecimento da insistência encetada pela Associação Nacional de Cuidadores Informais (ANCI), tendo em vista o 3.º Encontro Nacional de Cuidadores Informais, tal como descrito em cima. A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP)



## **Comissão de Trabalho e Segurança Social**

### **ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL**

indagou se seria possível comunicar a resposta do seu GP até 20 de outubro, não se assinalando nenhuma oposição.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2021.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**Pedro Roque**



## Comissão de Trabalho e Segurança Social

### ATA NÚMERO 102/XIV/3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Cristina Sousa (PS)  
Eduardo Barroco De Melo (PS)  
Luís Soares (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Nuno Sá (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Sílvia Torres (PS)  
Carla Barros (PSD)  
Helga Correia (PSD)  
Lina Lopes (PSD)  
Maria Germana Rocha (PSD)  
Ofélia Ramos (PSD)  
Olga Silvestre (PSD)  
Pedro Roque (PSD)  
Isabel Pires (BE)  
José Moura Soeiro (BE)  
Diana Ferreira (PCP)  
Pedro Morais Soares (CDS-PP)  
Lúcia Araújo Silva (PS)  
Mara Coelho (PS)  
Maria Joaquina Matos (PS)  
Martina Jesus (PS)  
Carla Madureira (PSD)  
Eduardo Teixeira (PSD)  
Emília Cerqueira (PSD)  
Firmino Marques (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
Diana Santos (BE)  
Bebiana Cunha (PAN)  
Cristina Rodrigues (NINSC)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Clara Marques Mendes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)  
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)